

Programas de governo têm pontos em comum

Eleições 'Valor' levantou principais propostas dos candidatos em áreas-chave, da política fiscal ao ambiente
Programas preveem alteração no teto de gastos

Eleições 2022

Murillo Camarotto, Daniel Rittner, Andrea Jubé, Fernando Exman e Anaís Fernandes
De Brasília e São Paulo

Em uma campanha marcada por ataques entre os presidencialistas, os programas dos candidatos ficaram em segundo plano. No entanto, às vésperas do segundo turno, é possível apontar semelhanças e diferenças entre as principais propostas do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Uma aproximação entre elas se dá em um aspecto da política fiscal: tanto Bolsonaro quanto Lula devem alterar o teto de gastos, instituído em 2016, para acomodar o custo das próximas eleições.

entidades, movimentos sociais, especialistas e aliados políticos.

O deputado reeleito Rui Falcão (PT-SP), coordenador da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou ao Valor que a elaboração do programa de governo pautou-se, prioritariamente, pela necessidade de restaurar as condições de vida da população, combater a carestia, que voltou à ordem do dia, e assegurar o desenvolvimento econômico com estabilidade. O coordenador da área de comunicação observou que a preocupação do candidato amplia-se, ainda, à defesa da justiça social e inclusão com direitos, trabalho, renda, segurança alimentar, e ao enfrentamento da crise climática.

"O combate à fome e à pobreza, com a ampliação do Bolsa Família, a recuperação da renda do trabalhador e a geração de empregos eram as nossas prioridades desde o começo, junto com uma política econômica responsável de combate à inflação, ampla distribuição de renda e simplificação dos tributos", afirmou.

Essas diretrizes foram o ponto de partida para o desenvolvimento de todo o programa. Falcão acrescentou que o passo seguinte foi debater as diretrizes com os dez partidos que compuseram a coligação lulista no primeiro turno. "Recolhemos mais de 15 mil contribuições através de uma plataforma participativa, e, por fim, incluímos propostas apresentadas pela companheira Marina Silva [Rede], pelo PDT do companheiro Ciro Gomes e pela senadora companheira Simone Tebet [MDB]", concluiu.

Em relação ao teto de gastos, a proposta de Bolsonaro mantém alguma liturgia em torno do conceito, mas a ideia é mudar o balizador do instrumento, que é a inflação do ano anterior. Há também a expectativa de que os gastos com o Auxílio Brasil, que o presidente prometeu elevar a R\$ 600 com a possibilidade de chegar a R\$ 800, iteem fora do limite do teto.

Já Lula, que conta com o apoio entusiástico do ex-ministro Henrique Meirelles, criador do teto de gastos, promete por fim ao instrumento. Sem dar maiores detalhes, o petista diz que vai resgatar o superávit primário que atingiu durante o seu governo, mas ainda não detalhou como irá fechar as contas e, ao mesmo tempo, bancar os gastos sociais e investimentos que promete.

Além da ampliação do Auxílio Brasil — que consta no Orçamento de 2023 com parcela de R\$ 405 —, os dois adversários prometem abrir mão de outros bilhões com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. Lula diz que vai isentar os trabalhadores com salário de até R\$ 5 mil, enquanto o atual presidente vai além, para cinco salários mínimos, ou quase R\$ 6 mil.

Como novas fontes de receita, Lula e Bolsonaro também convergiram na proposta de taxar lucros e dividendos. A cobrança sempre foi defendida pelo PT, mas não foi levada adiante durante os governos de Lula. Já Bolsonaro, que chegou ao cargo com uma plataforma liberal, incorporou a proposta na campanha à reeleição.

Quanto à reforma administrativa, Bolsonaro já enviou uma proposta de emenda constitucional ao Congresso. Em seu programa, ele a cita, mas não entra em detalhes. Apesar de ter encaminhado o projeto, nunca se envolveu para tentar impulsionar sua tramitação. "A proposta de reforma administrativa enviada ao Congresso foi pensada por gente que conhece pouco, ou melhor, não conhece nada de serviço público. Obviamente que há coisas a serem ajustadas no modelo atual, mas o formato que foi encaminhado é prejudicial ao interesse público", avalia um integrante do governo Bolsonaro, em uma crítica ao modelo defendido no atual mandato.

O que eles prometem

Propostas de Lula e Bolsonaro para os principais temas

| Tema | Bolsonaro | Lula |
|-------------------------------|---|--|
| Teto de gastos | Reformulação da regra por meio de PEC, substituído o balizador do teto, que considera a variação da inflação do ano anterior. Despesas não recorrentes e parte do Auxílio Brasil poderiam ficar fora do teto. | Apesar de contar com o apoio do criador do teto de gastos, Henrique Meirelles, Lula defende a revogação da regra. Ainda não há clareza sobre qual seria a âncora fiscal do governo. |
| Reforma Tributária | Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, taxaçoão de lucros e dividendos, redução da tributação sobre a folha de pagamento e manutenção da isenção de PIS, Cofins e Cide sobre os combustíveis. | Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, taxaçoão de lucros e dividendos, mudanças na tributação de heranças. Vê com bons olhos a unificação de impostos e criação de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). |
| Reforma Administrativa | PEC já encaminhada ao Congresso restringe o direito à estabilidade no serviço público e reduz vantagens e benefícios. Institui avaliação de desempenho prévia à contratação de servidor. | Contrário ao texto da PEC enviada pelo governo, pretende democratizar as remunerações, com o intuito de reduzir a diferença entre os maiores e os menores salários na administração pública. |
| Tabela do IR | Propõe correção de 31%, isentando trabalhadores com carteira assinada com salário até R\$ 2,5 mil mensais. Para o segundo mandato, promete se empenhar na isenção de IR para quem ganha até 5 salários mínimos. | Propõe isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. |
| Indústria | Recriação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Meta é zerar imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), após corte de 35% — à exceção de produtos com similares fabricados na Zona Franca de Manaus. Promessa de baratear energia. Programa diz que siderurgia, metalurgia e indústrias de base devem receber "atenção especial para agregar valor". | Recriação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Uso do BNDES como indutor do investimento. Promete estimular complexos industriais "estratégicos" (saúde, energia, alimentos e defesa) por meio do poder de compra governamental. |
| Infraestrutura | Prepara plano de construção de ferrovias federais em rodovias federais e pavimentação BR-319 Porto Velho-Manaus. Defende construir a Ferrovia (MT-PA) e renovar antecipadamente a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Prevê leilão do Galeão e de Santos Dumont (RJ), bem como PPPs para aeroportos regionais. Concessões de estradas e terminais portuários serão mantidas. Quer marco legal das hidrovias ("BR dos Rios"). | Identificação, com governadores e prefeitos de capitais, de obras pendentes e lançamento de um programa de infraestrutura em janeiro de 2023. Prioridade para faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. Aumento de investimentos públicos em rodovias e ferrovias como a Fiol (BA). Defende construir a Ferrovia (MT-PA). Elabora plano de PPPs para impulsionar projetos de metrô e BRTs. Concessões de estradas e terminais portuários serão mantidas. |
| Privatizações | Tenta marcar, ainda neste ano, o leilão do Porto de Santos. Encaminhou projeto de venda dos contratos e antecipação das receitas da PPSA no pré-sal. Tem trabalhado em proposta para privatizar a Petrobras. Venda dos Correios foi aprovada na Câmara, travou no Senado, mas pode ser retomada. | Programa é taxativo contra privatização da Petrobras e dos Correios e venda dos contratos da PPSA no pré-sal. Campanha não tem falado em reestatização da Eletrobras, mas critica privatização do Porto de Santos. Prefere concessão específica dos serviços de dragagem e possível abertura de capital da SPA (ex-Codeps). |
| Auxílio Brasil | Manutenção em R\$ 600. Promessa de 13º em 2023 a mulheres que recebem o benefício. | Manutenção em R\$ 600, com um pagamento extra de R\$ 150 por criança até seis anos. Programa fala em viabilizar "a transição por etapas, no rumo de um sistema universal e uma renda básica de cidadania". |
| Salário mínimo | Presidente sinalizou para aumentos reais, após reportagem do jornal "Folha de São Paulo" dizer que haveria um plano da ministra Paulo Guedes para congelar benefícios previdenciários ou atrelados ao piso nacional. | Retomada da política de valorização do salário mínimo, que era reajustado acrescentando, pelo menos, a variação da PIB de dois anos anteriores, mais a inflação do ano anterior. Regra de correção acima da inflação seria com base na média PIB dos últimos cinco anos. |
| Educação | Programa fala em fortalecer a educação profissional e tecnológica e a Educação Superior. Cita uma "política pública voltada para a formação em todas as faixas etárias", contemplando a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e tecnologia. Bolsonaro já mencionou um "Fies Técnico". | Identificação, com governadores e prefeitos das capitais, de como recuperar as perdas dos alunos com a pandemia, com um programa educacional concomitante à educação regular. Assegurar a continuidade das cotas sociais e raciais na educação superior e promete o Bolsa Permanência. Diz que irá recompor o sistema nacional de fomento à pesquisa, via fundos e agências públicas. |
| Saúde | Continuidade de programas como Estratégia da Saúde da Família e fortalecimento da Estratégia de Saúde Digital. Programa fala em foco na Atenção Primária, consultando nutricionistas "a fim de contribuir na segurança alimentar da população". | Ampliar o Farmácia Popular e retomar o Mais Médicos, que trouxe profissionais cubanos para atuar no país. Programa fala em "retomar o reconhecimento programa nacional de vacinação" e reconstruir e fomentar o "Complexo Econômico e Industrial da Saúde". |
| Meio ambiente | Defende "a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social". No programa, cita fortalecimento do controle e da fiscalização das queimadas ilegais, do desmatamento e dos crimes ambientais. Ao mesmo tempo, questiona os atuais sistemas de monitoramento. Menciona ferramentas para trazer escala ao mercado de serviços ambientais e o papel do mercado de carbono. Assume compromisso com as iniciativas da Década da Restauração, da ONU. Para povos originários, prega o "etnorrelativismo" e o "etnodesenvolvimento". Bolsonaro já disse que a demarcação de terras indígenas era uma ameaça, mas defende a continuidade do seu programa de titularidade de terras agrícolas. | Compromisso com o combate ao garimpo ilegal e às queimadas. Programa fala em combater o desmatamento legal e promover o desmatamento líquido zero (recomposição de áreas degradadas). Recuperar órgãos de preservação e fiscalização e o Ministério dos Povos Originários. Programa assume compromisso com o enfrentamento das mudanças climáticas, esforços para transição energética e cumprimento das metas de redução de emissão de gás carbono assumidas na Conferência de 2015 em Paris. |
| Política externa | Discurso "antiglobalista" e com críticas à China, que ditou a campanha em 2018 e o primeiro bilênio de governo, sai de cena. Programa não faz nenhuma menção ao relacionamento com América Latina, Europa ou EUA. Prioridade é completar o processo de adesão à OCE. Auxiliares falam em acelerar acordos comerciais e colocar em prática o tratado UE-Mercosul. | Programa cita estreitamento com América Latina e África. Fortalecimento do Mercosul, recriação da Unasul, retorno à Celac e ampliação dos Brics costumam ser lembrados. OCE não é prioridade. Acordo UE-Mercosul será revisado para garantir "defeito positivo em campos de patentes e investimentos, mas meta é aprová-lo em seis meses". |

FORTE: Programas de governo e declarações dos candidatos e seus aliados

re, para quem o efeito de programas superficiais na campanha é zero. "Cada candidato tem associado a ele um escopo de políticas públicas conhecido. Todo mundo sabe o que esperar da dupla Bolsonaro-Paulo Guedes", completou.

Em relação a um eventual governo Lula, Lavareda acredita que o perfil da aliança construída pelo petista terá influência nas políticas eventualmente adotadas a partir do ano que vem. "No caso do Lula, me parece que seu governo não repetirá o modelos dos seus primeiros mandatos e nem da gestão Dilma. Levando-se em conta a ampla aliança formada por ele e o compromisso de não ter a reeleição, vejo como um governo de transição, que não terá políticas típicas do PT."

O programa de Lula cita o estreitamento das relações diplomáticas com a África e a América Latina, que foram negligenciadas pelo atual governo. O ex-presidente também deve determinar uma revisão do acordo comercial entre o Mercosul e União Europeia com o objetivo de assegurar condições melhores para compras públicas, por exemplo. "Acompanho eleições há 40 anos, no Brasil e no exterior. Em nenhum lugar existe essa cobrança por uma minúcia dos programas de governo", relata o cientista político Antonio Lava-

reda, para quem o efeito de programas superficiais na campanha é zero. "Cada candidato tem associado a ele um escopo de políticas públicas conhecido. Todo mundo sabe o que esperar da dupla Bolsonaro-Paulo Guedes", completou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 11